

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVI

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

Mandela: o Embaixador da Consciência e a Guerra Justa

JOSÉ FILIPE PINTO

INTRODUÇÃO

Em 2006, a Amnistia Internacional nomeou Nelson Mandela Embaixador da Consciência. Trata-se do mais elevado galardão atribuído pela organização. Um reconhecimento inspirado num poema escrito pelo Nobel da Literatura Seamus Heaney, com a particularidade de Mandela ter servido de fonte de inspiração para a escrita. Um exemplo de que o acaso nem sempre acontece por acaso.

Como justificação para a atribuição do galardão, a Amnistia Internacional fez questão de reconhecer que “mais do que qualquer ser humano, Nelson Mandela simbolizou tudo o que é esperança e idealismo na vida”. Uma esperança e um idealismo que nem os mais de 27 anos passados no cárcere conseguiram apagar.

Esperança que, como Adriano Moreira ensina a partir da Doutrina Social da Igreja, precisou de ser concreta. A única forma para passar do plano dos desejos para o campo da realidade. Um pragmatismo que não dispensa o sonho, mas coloca a tónica no reconhecimento de que são os atos e não as palavras que rezam por nós. Nós e não eu. No caso de Mandela, a passagem “do homem egocêntrico, intempestivo e intolerante, como os próprios amigos o descreviam à data da sua condenação a pena perpétua, nos anos 60”¹ para o libertador do seu carcereiro.

Um exemplo do que Stuart Hall (2003) designa como sujeito sociológico. Alguém que resiste à fragmentação porque vai construindo a sua identidade na interação com o outro, tanto na dimensão individual como na coletiva. Uma revisitação daquilo que Mandela escreveu no prefácio a Richard Stengel (2008) relativamente ao conceito de *ubuntu* — “*we are human only through the humanity of others*”.

¹ Mateus, 2014, p. 18.

Um idealismo que não se circunscreveu ao seu país-natal. Aquele para cuja recuperação da dignidade e reconciliação nacional Mandela tanto contribuiu.

É sobre esse contributo que esta comunicação se debruça, tentando, a exemplo de Maluleke², evitar cair numa “*hagiography and character romanticisation*”, para ajudar na construção de “*a more human face for Nelson Mandela*”. Uma forma de explicar que mesmo alguém agraciado com o Nobel da Paz pode ver-se obrigado a recorrer à guerra quando a dignidade coletiva é colocada em causa.

Uma afirmação que aceita parcialmente como verdadeira a afirmação de André Brink ao *Le Monde* segundo a qual Mandela não foi um pacifista. Uma aceitação parcial porque, como se verá a seguir, há múltiplas conceções relativas ao conceito de pacifismo, desde que a ação não-violenta não se circunscreva ao fenómeno propriamente dito. Uma situação que aconselha a uma reflexão, ainda que breve, sobre a guerra justa. Uma reflexão justificada por duas razões. Em primeiro lugar, porque “a doutrina que procura condenar e eliminar toda a forma de guerra continua desafiada pelos factos”³. Depois, porque, como Walzer⁴ afirma, a teoria da guerra justa nasceu “*in the service of the powers*”, mas também serviu os interesses de uma “*oppositionist history*” como aquela que Mandela liderou.

A GUERRA JUSTA E A GUERRA JUSTIFICADA

A questão da guerra justa é muito antiga, pois já fez parte das reflexões de pensadores da Antiguidade Clássica e da Época Medieval, como Cícero, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, mas continua longe de consensual, podendo as várias perspetivas serem agrupadas, *grosso modo*, em três escolas: pacifismo, utilitarismo e realismo político. Uma problemática que se mantém atual, pois continua a haver autores, como Michael Walzer, que, a partir da análise crítica das diferentes posições, elaboram a sua teoria da guerra justa. Walzer⁵ para quem a teoria da guerra justa não era “*an apology for any particular war*” nem significava “*a renunciation of war itself*”.

² Maluleke, 2015, p. 1.

³ Moreira, 2005, p. 418.

⁴ Walzer, 2002, p. 925.

⁵ Ibidem, 2002, p. 942.

A tipologia referida permite alguma margem de manobra dentro de cada escola. Por isso, Theodore Koontz, numa conferência realizada em Jerusalém em 1993⁶, falou de três formas de não-violência cristã — pacifismo propriamente dito, abolicionismo e resistência não violenta — mas recordou que John H. Yoder tinha apresentado vinte formas e que Peter Brock tinha identificado seis visões pacifistas.

Voltando a Koontz, o facto de considerar que o abolicionismo representa uma forma de pacifismo, no sentido de que “*there is a moral mandate to set up a world system which will make war obsolete*”, permite questionar se Mandela não poderá ser visto como abolicionista. Na realidade, o mandato moral que se aplica à guerra também abrange, segundo o autor, a escravatura. Por isso, não parece abusivo dizer que se poderá aplicar ao *apartheid*. Um mandato que não recusa necessariamente participar em todas as guerras — Moreira⁷ explica a diferença entre a teologia da guerra justa e a perspectiva da legitimidade da guerra defensiva —, embora o desiderato final seja a busca da Paz Perpétua de Kant, um dos pensadores que Koontz inclui na lista dos abolicionistas. Tal como Erasmus ou William Penn.

Ainda no que concerne à multiplicidade de concepções, no que à escola realista diz respeito, é possível falar de dois tipos de realismo — descritivo ou empírico e prescritivo — sendo que o segundo aponta para uma maior moderação, chegando a apresentar alguma semelhança com o utilitarismo, a posição intermédia entre os extremos realista e pacifista, e que coloca a ênfase justificativa na utilidade que poderá decorrer da guerra.

A análise da temática remete para a necessidade de recorrer a três planos: *jus ad bellum*, *jus in bello* e *jus post bellum*.

O primeiro, do qual decorrem os restantes, preocupa-se com os princípios que permitem justificar a legitimidade do recurso à guerra. O segundo procura inventariar os princípios a observar durante o decurso do conflito, uma vez que uma guerra passível de ser considerada justa pode deixar de merecer essa designação devido a comportamentos não-éticos por parte de pelo menos um dos beligerantes. Uma situação que pode consubstanciar a passagem da responsabilidade do foro político para o militar. O terceiro plano diz respeito aos princípios que devem presidir à fase pós-conflito.

⁶ Todas as citações foram feitas a partir do texto da conferência disponibilizado pelo autor.

⁷ Moreira, 2005, p. 411.

Sendo certo que a ação de Nelson Mandela pode ser analisada em qualquer um destes planos, é no terceiro que ganha uma dimensão que não está ao alcance do homem comum, embora Madiba recusasse qualquer messianismo ou profetismo. Uma recusa que Stengel (2012) não atribui à falsa modéstia, uma vez que o considera “*a man of many contradictions*”. Alguém que era “*thick-skinned but easily wounded*”.

Mandela, como lembra Moreira⁸ repudiou que lhe atribuíssem a “santidade” e ensinou que “um santo é um pecador que luta até ao fim”. Por isso, ao contrário do bíblico rei Salomão e de vários populistas dos tempos modernos, recusou ser um ungido para a tarefa de reconstrução nacional.

Limitou-se, novamente em palavras próprias, a ser um homem vulgar que as circunstâncias extraordinárias fizeram líder. O enfoque colocado na circunstância, esquecendo intencionalmente que Ortega y Gasset nunca apagava a figura do homem. Aqui sim, a modéstia a ditar a lei numa vida que parecia destinada a outros fins.

MANDELA: DA ALDEIA ÀS PRISÕES

Rolihlahla Mandela nasceu na aldeia de Mvezo, a sudoeste de Joanesburgo, numa África do Sul onde o sistema vigente desconsiderava ou procurava usar em proveito próprio as autoridades tradicionais. Uma África do Sul, onde, mais de 30 anos após o nascimento de Mandela e já em plena fase descolonizadora da ONU, uma lei de 1950 catalogava cada pessoa numa de quatro categorias: branco, asiático, mestiço e indígena.

Nascido na tribo Thembu, a terceira da etnia Xossa, o seu destino foi marcado, desde cedo, pela arrogância do poder colonial, uma vez que o seu pai foi expulso da terra natal por se mostrar pouco cooperante. Mais um exemplo, em que a História é fértil, de que poder e autoridade raras vezes se assumem como sinónimos.

A ida da família para Qunu e a morte prematura do progenitor levariam Mandela à escola metodista e ao rebatismo. O apelido manteve-se, mas Rolihlahla passou a ser Nelson. Uma ocidentalização necessária para o primeiro membro da família a frequentar outra escola que não a da vida.

⁸ Moreira, 2011, p. 126.

A posterior ida para a universidade de Fort Hare, a adesão ao Congresso Nacional Africano (ANC), a criação da Liga Jovem do ANC, a restrição de deslocação, o processo de Rivonia e a prisão durante mais de um quarto de século encarregaram-se de mudar o destino de quem parecia inicialmente fadado para chefe tribal e, num segundo momento, para tirar proveito dos muitos clientes que a sua secretária, Zubeida Patel, lhe carregou para o escritório de advocacia.

O desafio tornou-se incomparavelmente maior para alguém que Zakes Mda (2013) conheceu ainda como “*a fire-breathing revolutionary who would quote Marx and Lenin at the drop of a hat*” e, simultaneamente, como “*a Xhosa traditionalist with aristocratic tendencies*”.

A longa privação de liberdade serviu para Mandela ir desenvolvendo um pensamento onde a figura do outro passou a ser uma constante. Uma prova de que existem exceções relativamente à denúncia de outro lutador pela liberdade do seu povo, Havel, quando afirmou que, na sociedade atual, “aprendemos a não acreditar em nada, sermos indiferentes uns aos outros, a ocuparmo-nos apenas de nós próprios”⁹.

Na prisão, Mandela focou-se na luta pela liberdade do seu povo. Sabia que seria necessário enterrar o *apartheid*, mas também evitar que os crimes do passado viessem bater à porta do presente e hipotecassem o futuro. Para tal seria preciso perdoar mesmo o imperdoável. A condição *sine qua non* para promover a reconciliação nacional e construir a nação. Aquilo que Moreira¹⁰ designou como “a reconciliação pela verdade”.

Uma política de pequenos, ainda que, a partir de certa altura, rápidos passos. Uma ação que Mandela acompanhou, recusando qualquer privilégio especial relativamente aos outros prisioneiros, apesar de a tuberculose ter implicado a sua transferência da prisão de alta segurança de Pollsmoor, onde os detidos já não eram obrigados a comer “*pap three meals a day*”, para uma casa no pátio da prisão de Verster.

Mandela tinha plena consciência de que o desafio era coletivo e não se confinava às paredes do cárcere. Uma luta que a comunidade internacional soube reconhecer e apoiar. Daí a pressão, designadamente através de sanções

⁹ Moreira, 2005, pp. 11-12.

¹⁰ Moreira, 2011, p. 211.

económicas, sobre a África do Sul. Um processo de reconciliação que também conheceu outros protagonistas, nomeadamente Frederik De Klerk e o bispo Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984.

DA PRISÃO AO PALÁCIO DO PODER

Em 9 de novembro de 1989, poucos meses após Frederik De Klerk ter tomado conta dos destinos da República da África do Sul, o Mundo assistiu à queda do muro de Berlim. O desmantelamento do mundo bipolar seria acompanhado, na África do Sul, pelo início do disfuncionamento do regime do *apartheid*.

Frederik De Klerk encontrou-se pela primeira vez com Mandela em 13 de dezembro e, ainda em 1989, mandou soltar alguns presos políticos, embora Mandela só tivesse sido libertado em 11 de fevereiro de 1990, ano em que a segregação nos lugares públicos foi abolida. A reclusão tinha ajudado a cultivar a paciência de quem tinha passado vinte e um anos sem sequer tocar a mão da esposa. Por isso manteve-se fiel à posição anterior quando tinha recusado as seis ofertas de libertação que o Governo de Peter Botha lhe tinha feito ao longo de dez anos. Propostas condicionadas no sentido da manutenção, ainda que com alguma abertura, do *status quo*. Uma última tentativa já no estertor do *apartheid*, uma vez que o regime sabia que a situação se estava a tornar insustentável.

O desmantelamento oficial do *apartheid* ficaria completo em 1991, embora o referendo de 1992 sobre as reformas democráticas ainda só tivesse abrangido os brancos.

A situação era inquietante, pois havia que controlar duas reações: a ânsia de revolta e vingança decorrente da exploração a que a comunidade negra tinha sido longamente sujeita e a recusa da elite outrora dominante que continuava a acreditar no direito à supremacia branca. As negociações foram difíceis, malgrado De Klerk ter contado com o apoio de Roelof Meyer, um “*afrikander ‘verligte’* (iluminado), que se tornara o [seu] braço-direito”¹¹

De Klerk aceitou ultrapassar a visão em que tinha sido educado relativamente à figura diabolizada do negro e disponibilizou-se para ajudar a acertar os

¹¹ Mateus, 2014, p. 19.

ponteiros do seu país com o relógio da História. Mandela não esqueceu o passado, mas, como prova o seu primeiro discurso logo que saiu da prisão, assumiu a reconciliação como o grande desígnio nacional, pois apreendeu “rapidamente o mundo de que tinha sido longamente sequestrado”¹²

Daí que, em 1993, o Prémio Nobel da Paz tivesse sido atribuído conjuntamente aos dois. O reconhecimento internacional de que tinha sido graças a ambos que a África do Sul tinha evitado o banho de sangue que a comunidade internacional previa e receava. Um reconhecimento que, no entanto, não faz de Mandela um pacifista no sentido estrito da palavra. Tal como a aceitação política — o partido de Mandela venceu as primeiras eleições livres da África do Sul, realizadas em abril de 1994, com 63% dos votos — não prendeu ao poder o antigo preso político. Eleições que foram as primeiras para cerca de 80% do eleitorado, apesar de serem as vigésimas-sétimas para os brancos e as terceiras para mestiços e indianos.

Um mandato presidencial foi suficiente. Mandela não trocou a prisão imposta pela prisão escolhida, ainda que dourada. Recusou-se a seguir o exemplo de outros líderes que, sobretudo no continente africano, insistiram na rentabilização do passado como estratégia para se perpetuarem no poder. Um dos medos que Mandela reconheceu quando no discurso inaugural, em 1994, afirmou que o seu mais profundo receio não se prendia com a hipótese de ser inadequado, mas sim com a possibilidade de ser “*powerful beyond measure*”. Uma forma de admitir que iria ter em conta a advertência de Lord Acton segundo a qual o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente.

A carta que, em 1 de junho de 1970, tinha escrito a duas filhas, Zeni e Zindzi, impedidas de o visitar no cárcere uma vez que eram menores, falava do desejo de uma casa tranquila e pacífica. É fácil constatar que o Palácio do Poder não se enquadra nessa designação, mesmo para quem cultiva a informalidade, como o título do livro da sua secretária africânder, Zelda La Grange¹³, deixou claro.

No que concerne à arte de bem governar, Plutarco aconselhou os políticos que já beneficiavam de poder e de crédito a tentarem “nivelar o temperamento dos cidadãos levando-os lentamente em direcção ao melhor” (p. 14). Palavras de que Mandela, enquanto Presidente, não se afastou, apesar da complexidade com

¹² Moreira, 2009, p. 211.

¹³ O livro intitula-se *Bom-dia, Senhor Mandela*.

que se viu confrontado. Como Sampson (1999, p. xxvi) afirmou, Mandela foi “*the son of an African chief who retained many of his rural values while bestriding the global stage*”. Um reconhecimento de que os novos palcos da vida não constituíram razão suficiente para que Mandela abandonasse os valores rurais. Aqueles que apontam para o sentido tonnesiano de comunidade.

Falar da presidência de Nelson Mandela e reconhecer os erros que lhe são apontados, sobretudo pela morosidade na implantação das reformas necessárias, situação que leva os críticos a dizer que o *apartheid racial* foi substituído por uma espécie de *apartheid social*, representa uma inevitabilidade para a História. Uma avaliação que também chamará à colação o mau desempenho de algumas figuras que beneficiavam da complacência decorrente da amizade presidencial, embora o Governo de Mandela incluísse elementos do regime anterior e vozes críticas ou desalinhas do ANC.

Num continente habituado à visão patrimonialista da elite revolucionária que tomou o lugar da elite colonial, a lealdade aos seus próximos, malgrado Stengel (2012) dizer que Mandela não tinha medo de dizer “não”, acabaria por se virar contra si e colocar algumas nuvens sobre o ativo. Algo perfeitamente evitável se Mandela tivesse aceitado cultivar a imagem de ungido. Nesse caso, os concidadãos tornados crentes tudo desculpariam ao Messias legitimado. Mandela preferiu a legitimação pelo pensamento e a ação e foi construindo um ativo sem se preocupar consigo próprio.

A questão do ativo e do passivo permite regressar ao título da comunicação.

O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

Em 2006, quando a Amnistia Internacional lhe atribuiu o galardão de Embaixador da Consciência, Mandela já não estava no Poder. Tinha sabido retirar-se a tempo, ou seja, antes de se tornar “*the visible architect of our restraint*”¹⁴. Uma decisão sábia, pois, como afirma Reemtsma¹⁵, “*le pouvoir consiste en une double temporalité: de son présent et de l’anticipation de son futur*”.

¹⁴ Walzer, 1973, p. 163.

¹⁵ Reemtsma, 2008, p. 133.

Por isso a sua autoridade era imensa, embora os Estados Unidos teimassem em mantê-lo na lista de terroristas até 2008, malgrado a guerra fria já ter terminado e o receio de uma ameaça comunista no sul do continente africano ter deixado de fazer sentido. Porém, as desconfianças estadunidenses e a reduzida confiança manifestada por Margareth Thatcher não se revelaram suficientes para esbater o sentimento generalizado da comunidade internacional. Uma autoridade que explica a centena de Doutoramentos *Honoris Causa* que foram atribuídos a uma personalidade que o *apartheid* tinha expulsado da universidade.

A Amnistia Internacional indicou como razão próxima para a atribuição do prémio a ação de Mandela na luta contra o flagelo da sida. Uma prova provada de que Madiba tinha deixado a presidência, mas não tinha abandonado as grandes causas. Aquelas que se prendem com os direitos humanos que, apesar dos mais de setenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, continuam a não chegar a toda a Humanidade. Daí a criação de três organizações por si patrocinadas: a Fundação Nelson Mandela, o Fundo de Ajuda à Infância Nelson Mandela e a Fundação Mandela Rhodes. Por isso, a razão profunda da distinção prendia-se, de acordo com as palavras da Secretária-Geral da Amnistia Internacional, Irene Kahn, com uma vida devotada à luta pela liberdade e pela justiça na África do Sul e no Mundo. Uma forma de reconhecer a universalidade do exemplo de Mandela. Uma vida devotada à luta pela liberdade e pelo direito à dignidade.

Uma luta em que, como se depreende do exposto, devem ser consideradas três fases.

A primeira, correspondente ao período mais bélico, que o sentenciaria à prisão perpétua. A fase em que lhe foi colocado o anátema de terrorista. Uma situação em que Mandela não foi um caso isolado. Por exemplo, Yasser Arafat, o líder palestino que também recebeu o Prémio Nobel da Paz, recusava o epíteto de terrorista, pois não aceitava que fosse considerado terrorista quem estava a favor de uma causa justa. Só que a África do Sul do *apartheid* tinha outra leitura, desde logo porque não reconhecia à luta emancipadora a designação de guerra justa. Uma mentalidade colonial rica em exemplos. Uma mentalidade incapaz de perceber que a prisão não prende os sonhos.

A segunda fase, a mais longa, foi passada nas várias prisões que o regime lhe foi destinando. Correspondeu ao período de reflexão necessária para a elaboração do projeto coletivo.

A terceira fase teve início com a abertura dos portões da prisão, embora pareça aconselhável considerar vários momentos: a luta pelo Poder, o exercício do Poder e o período pós-Poder.

É habitual que aqueles que desempenharam cargos políticos dediquem a parte final das suas vidas à escrita das suas memórias. Um nome bem escolhido porque é a memória — do próprio e daqueles que o acompanharam — a principal fonte de informação. Uma espécie de justificação que se aceita, embora convenha ter em conta que, como Adriano Moreira adverte, a memória é piedosamente seletiva.

Mandela não fugiu a essa regra. A leitura de *Um longo caminho para a liberdade* documenta, obviamente com as inevitáveis marcas de subjetividade, as três fases aqui consideradas. Uma obra que, como a revista de livros do *New York Times* escreveu, mostra um Mandela “*considerably more human than the icon of legend*”. Uma interpretação consentânea com a já mencionada conceção de santidade. Por isso, há quem resuma a vida de Madiba numa expressão composta: santo laico.

No ano de 2018, a Amnistia Internacional viu-se obrigada a retirar à líder do Governo de Myanmar, Aung San Suu Kyi, o título de Embaixadora da Consciência que lhe tinha concedido em 2009. A organização acusou-a de “traição a muitos valores que promoveu durante décadas”.

No caso de Mandela, como já foi dito, o reconhecimento da Amnistia Internacional aconteceu já depois de deixar de exercer funções governativas. Um reconhecimento que, face ao aqui exposto, pecou por tardio. Afinal, há muito que se sabia que a atribuição do galardão seria à prova de qualquer posterior arrependimento.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Mandela¹⁶ fez questão de dizer que não acreditava que “os nomes marquem o destino”. Porém, esclareceu que o seu nome inicial, Rolihlahla, queria dizer, “literalmente, “puxar um ramo de árvore”, mas o seu significado mais corrente é «agitador»”. Os factos apresentados nesta breve comunicação permitem desconfiar da crença manifestada pelo primeiro Presidente eleito pelos cidadãos da República da África do Sul.

¹⁶ Mandela. 2016, p. 17.

Na sua autobiografia, Mandela lembrou que na Bíblia os jardins precedem os jardineiros. Esta comunicação dá como provado que, face à inexistência do jardim, Mandela tomou como missão lançar as sementes à terra.

Na verdade, durante várias décadas, Mandela agitou — e muito — um regime que teimava em resistir, malgrado a condenação da comunidade internacional. Uma condenação que levaria ao apoio ocidental à criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a precursora da atual SADC. Conquistada a liberdade, a agitação passou para o plano da consciência individual. Só quando chegou à consciência nacional, a nação arco-íris, a agitação cedeu o lugar à serenidade que passou a transparecer no rosto do antigo prisioneiro 46.664.

Arco-íris no sentido simbólico que lhe é reconhecido pelas três religiões monoteístas reveladas, ou seja, “arco-da-aliança”. No caso da África do Sul, uma aliança de brancos, negros, mestiços, indianos...

Uma serenidade atenta porque a missão não estava — e provavelmente nunca ficará — integralmente concluída. Constatação que não dispensa a insistência na luta pelo sonho.

Paulo VI disse, na Assembleia-Geral da ONU, que o desenvolvimento era o novo nome da paz. Bobbio¹⁷ foi mais longe na utopia e defendeu que “haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo”. Mandela, ao receber a distinção da Amnistia Internacional, reconheceu a universalidade do desafio ao afirmar que *“tant que l’injustice et l’inégalité perdureront, aucun d’entre nous ne pourra prendre de repos”*.

O corpo, devido aos limites físicos, teve direito a repousar. O espírito, porém, continuará a iluminar a estrada. A servir de Embaixador da Consciência Coletiva. Aquela que sabe que a unidade se constrói respeitando a diversidade.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO DE HOMENAGEM A NELSON MANDELA
NA SESSÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018)

¹⁷ Bobbio, 1992, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

- Bobbio, N., *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora Ltda, 1992.
- Hall, S., "Pensando a diáspora: reflexes sobre a terra no exterior". In L. Sovik (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- La Grange, Z., *Bom-dia, Senhor Mandela*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- Maluleke, T., "The search for a more human face for Nelson Mandela: an urgent task". HTS Theologese Studies/Theological Studies 71(3), Art. #2941, 7p (2015).
- Mandela, N., *The long walk to freedom*. Boston/New York/London, Little, Brown and Company, 2016.
- Mateus, A., *Mandela. A construção de um homem*. Lisboa, Oficina do Livro, 2014.
- Mda. Z., "The contradictions of Mandela". The New York Times, 5 dez. 2013.
- Moreira, A., *Teoria das relações internacionais*. Coimbra, Almedina, 2005.
- Moreira, A., *Da utopia à fronteira da pobreza*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.
- Plutarco, *Conselhos aos políticos para bem governar*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009.
- Reemtsma, J., *Confiance et violence. Essai sur une configuration particulière de la modernité*. Paris, Gallimard, 2011.
- Sampson, A., *Mandela: the authorised biography*. London, Harper Collins UK, 1999.
- Stengel, R., *Nelson Mandela: portrait of an extraordinary man*. London, Virgin, 2012.
- Walzer, M., "Political action: problem of dirty hands". *Philosophy & Public Affairs*, vol. 2, n.º 2, pp. 160-180 (1973).
- Walzer, M., *Just and unjust wars: a moral argument with historical illustrations*. Berkeley, Ingram Publisher Services US, 2015.
- Walzer, M., "The triumph of just war theory (and the dangers of success)". *Social Research*, vol. 69, n.º 4, International Justice, War Crimes, and Terrorism: The U.S. Record, pp. 925-944 (2002).